

# TEORIAS DE GÊNERO: PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS OFERECIDAS PELAS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

---

**Rafael De Tilio**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

E-mail: rafaeldetilio.uftm@gmail.com

**Resumo:** O artigo apresenta uma apreciação teórica das principais perspectivas sobre o conceito gênero que auxiliam a compreender a organização das práticas sociais. Para tanto, são apresentados os principais argumentos, críticas e repercussões para as práticas das seguintes perspectivas sobre o conceito: essencialismo biológico; antropologia estrutural; psicanálise; teorias modernas (funcionalismo estrutural; patriarcado; marxismo); teorias pós-modernas (performatividade; *queer theories*). Sem pretender delimitar uma evolução histórico-conceitual precisa, o objetivo é destacar a complexidade e os conflitos gerados pelas diversas conceituações de gênero na história social.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexo; Sexualidade.

**Abstract:** This paper presents a theoretical appreciation of the major perspectives on the concept gender that helps understand the organization of social practices. Therefore, the main arguments are presented as so the critical impact on the social practices of the following perspectives about this concept: biological essentialism; structural anthropology; psychoanalysis; modern theories (structural functionalism; patriarchalism; Marxism); postmodern theories (performativity; *queer theories*). Without claiming to delimit a historical and conceptual evolution the intention is highlight the complexity and conflicts generated by the various gender concepts in social history.

**Keywords:** Gender; Sex; Sexuality.

Este artigo pretende, a partir de uma discussão teórica, apresentar uma apreciação sobre o conceito *gênero* tal como ele se apresenta nas ciências humanas contemporâneas. Parte-se do pressuposto de que o conceito *gênero* não é uniforme dentre as variadas perspectivas teóricas. Ao contrário, é objeto de intenso questionamento, debate e disputa.

Neste sentido, neste artigo serão abordadas algumas das principais correntes científicas teórico-argumentativas sobre o conceito de *gênero*, ainda mais porque cada uma delas, devido às suas especificidades e mediante seus pressupostos, estabelece consequências diferenciais para as práticas e ações sociais. Grosso modo, isso significa dizer que, a partir de cada concepção teórica sobre *gênero*, ações diferenciais são possibilitadas, auxiliando tanto na cristalização quanto na reformulação das práticas vigentes – ou seja, sempre orientam práticas e relações entre homens e mulheres, dentre os homens, dentre as mulheres e entre adultos e crianças.

Assim, serão debatidos os principais argumentos e críticas relacionadas às perspectivas biológicas, antropológicas, psicanalíticas, modernas e pós-modernas sobre *gênero*, sem que isso corresponda com exatidão à cronologia ou aprimoramento dos argumentos e do próprio conceito.

Portanto, não se trata de estabelecer hierarquias dentre tais perspectivas, mas sim ressaltar sua coexistência nem sempre pacífica, posto que são movimentos incessantes de argumentações e contra-argumentações sobre o mesmo domínio – no caso, o conceito de *gênero*. Isso equivale dizer que os diversos sentidos do conceito *gênero* ao longo da história nas ciências humanas e sociais e a partir de diversificadas matizes teóricas não conduzem necessariamente a um aprimoramento ou refinamento deste conceito, mas sim à expansão das possibilidades de compreensão sobre a complexidade das relações sociais e de poder.

Portanto, não se pretende esgotar o debate teórico nem estabelecer uma linha sucessória consolidada sobre algumas das perspectivas teóricas dos *gender studies*. De fato, a intenção é tão somente apresentar uma organização mínima sobre como ocorreu a discussão deste conceito nas ciências humanas. Assim, para debater as principais contribuições teóricas sobre *gênero*, a sequência sugerida é a seguinte: perspectivas biológicas, psicanalíticas e antropológicas, modernas e pós-modernas.

## **Perspectivas biológicas**

Essa perspectiva de compreensão do conceito gênero, na realidade, está composta por uma variedade de proposições de cunho filosófico, religioso e principalmente científico, mas que podem ser apresentadas em conjunto devido a suas similaridades.

Tais perspectivas, segundo Roudinesco (2008), foram difundidas desde o século XVI no Ocidente pelo catolicismo e aprimoradas no século XIX por específicas correntes científicas (principalmente pela neurobiologia, neuropsicologia, sociologia genética e darwinismo social) que delegam aos aspectos biológicos inatos a primazia pelas definições das características psicológicas e subjetivas dos indivíduos.

Assim, os corpos dos homens e mulheres, por serem natural, biológica e anatomicamente diferentes, resultam em características psicológicas, sociais e comportamentais diferenciadas. A diferença biológica dos sexos definiria rígidos papéis de gênero e de vivência da sexualidade.

Tal proposição, explanada por Citelli (2001) e Parisotto (2003), denominada essencialismo biológico (de essência, qualidade inerente de um ser) e que muito influenciou a Psicologia Evolutiva (WRIGHT, 1996), seria justificada da seguinte maneira: os machos/homens, por possuírem biologicamente mais massa muscular que as mulheres, seriam os principais responsáveis pela caça e pelo sustento do lar; e das suas características físicas decorreriam características psicológicas, como maior capacidade de organização grupal (necessária para a caça, e depois para a ocupação do espaço público) e de dominação das fêmeas. Já as fêmeas/mulheres, possuidoras de características físicas específicas (menos fortes fisicamente do que os homens e responsáveis pela gestação biológica dos descendentes durante um extenso período de tempo), também teriam específicas características psicológicas, tais como a predisposição para o cuidado da prole e do parceiro que as sustenta. Em suma, as mulheres seriam mães por excelência, portadoras de um instinto materno, e os homens seriam viris, proativos por natureza, devendo sustentar o lar (BADINTER, 1993).

Exemplos atuais dessa proposição que incorrem em práticas de socialização diferencial de homens e mulheres são múltiplos, podendo ser citadas suas repercussões na atenção primária à saúde (por exemplo, na feminilização da atenção e dos cuidados em saúde e no conseqüente sentimento de não pertencimento masculino aos serviços e dispositivos de saúde, o que dificulta as práticas preventivas e incorre em adoecimentos diversos – BATISTA, 2014), na educação formal (por exemplo, nas crenças de educadores sobre

as capacidades diferenciais e habilidades distintas de alunos e alunas na escola – LIMA & FERREIRA-SALLES, 2014) e na educação informal (por exemplo, nos tradicionalismos de papéis sociais e sexuais de homens e mulheres presentes na literatura infantil contemporânea – FILHA, 2014).

Dos sexos biológicos (macho/fêmea) decorreriam os gêneros (masculino/feminino) e seus papéis, numa relação de complementaridade sustentada pela necessidade de perpetuação da espécie humana. O imperativo reprodutivo impõe um modelo de relação de e entre os indivíduos no qual coexistiriam harmoniosamente dois sexos e dois gêneros.

Corbin (1987), num excelente estudo histórico sobre as relações entre homens e mulheres na Europa do século XIX, destaca que essa concepção assumiu diversas formas e teve diversos divulgadores, sendo um dos seus principais defensores a Igreja Católica por meio do discurso moralizante. Isso serviria para estruturar e assegurar tanto a reprodução biológica quanto a reprodução (simbólica) dos papéis sociais e sexuais no seio da família formada pelo casamento.

Contudo, não só a Igreja enalteceu e difundiu esses padrões de conduta social e sexual. Knibiehler (1993) discute como o discurso médico dos séculos XVIII e XIX apropriou-se desses argumentos (relativos ao sexo, gênero e sexualidade) revestindo-os de um caráter científico, sendo que o principal eixo argumentativo utilizado foi a teoria darwiniana aplicada ao espaço social.

O darwinismo social, segundo Parisotto (2003), pode ser resumido ao seguinte: os mecanismos descritos por Charles Darwin seriam válidos para todos os animais, incluindo os humanos e, assim, a seleção natural e a seleção sexual determinam que a escolha dos parceiros sexuais está ordenada pela otimização da transmissão das características biológicas visando garantir a melhor descendência. Em linhas gerais, nessa perspectiva, a sexualidade seria uma extensão da natureza biológica (anatômica) que garante (pela complementaridade) a perpetuação da espécie.

É importante destacar que, nesse conjunto de perspectivas, a definição e as relações entre os gêneros estão calcadas num rígido binarismo (macho/homem; fêmea/mulher), enfatizando que as características sociais, psicológicas e subjetivas decorrem de características biológicas/evolutivas, cujas exceções ou desvios só podem ser compreendidos como corrupções do corpo e da moral ou como doenças. Bom exemplo disto pode ser representado pela cirurgia de redesignação sexual de transexuais que compreende, na maioria dos casos, a necessidade de alterações cirúrgicas anatômicas drásticas como maneiras de garantir a unidade entre mente/corpo (em outros termos: da subjetividade/

biologia), como pressuposição da manutenção da saúde mental e da adequação social (GALLI, VIEIRA, GIAMI & SANTOS, 2013). A força destes argumentos ainda é tão evidente na atualidade e nas ciências humanas, que até mesmo em algumas teorias que se propuseram a discutir e oferecer alternativas para a aparente e consolidada adequação entre sexo, gênero e sexualidade (tal como a psicanálise e a antropologia), permaneceu a ideia do binarismo, ou seja, de uma relação complementar e necessária entre os gêneros.

### **Psicanálise e antropologia**

Apesar das inúmeras elucidações e avanços advindos das teorias psicanalíticas e antropológicas acerca das consequências sociais, culturais e subjetivas/psicológicas das diversas mudanças sociais referentes à sexualidade ocorridas nas últimas quatro décadas do Século XX – amplamente discutidas por Giddens (1993) e Vaitsman (1994) – (e mesmo considerando a existência de diferentes orientações teóricas e políticas nestes campos de produção do conhecimento), algumas dessas proposições ainda consideram que a estrutura sócio-simbólica que organiza as relações sociais e as de gênero não foi abalada. Ou seja, permanece a interdependência e complementaridade entre homens e mulheres.

Para Arán (2003), algumas das principais vertentes das teorias psicanalíticas e antropológicas enfatizam os binarismos (macho/fêmea, homem/mulher, heterossexual/homossexual) e seus efeitos: dominação masculina organizando a sociedade e a subjetividade contemporânea.

Neste sentido, é forçoso um breve esclarecimento sobre as concepções de Freud e Lacan sobre o tema. Freud (2014a; 2014b) e Lacan (1998a) são taxativos ao afirmarem que as crianças, sejam elas meninos ou meninas, constroem suas identidades de gênero consideradas normais por meio do jogo de identificações com os pais, sendo o pênis/falo o elemento simbólico central que orienta essas identificações.

De maneira resumida, em determinada fase do desenvolvimento psicosexual, os meninos (por possuírem pênis) se identificam amorosa e eroticamente com a figura materna (por naturalmente desejá-la por ser mulher) e rivalizam com a figura paterna (por disputar a mãe consigo e repudiar as inclinações homossexuais), o que os direciona para uma postura heterossexual masculina típica (amor e inclinação sexual pelas mulheres; rivalidade e rechaço sexual pelos homens); por sua vez, as meninas (não possuidoras do pênis) se identificam amorosamente com o pai (portador do pênis e, portanto,

passível de ser desejado pelas mulheres, além de poder fornecer no futuro a complementaridade que as mulheres tanto desejam: um filho) e com a mãe (que captou o desejo do pai mesmo, sendo incompleta, pois também lhe falta o pênis/falo) ao mesmo tempo em que rivalizam com a mãe (que detém os interesses do pai), inclinando-se, portanto, ao amor pelos homens e desinteresse sexual pelas mulheres.

Esse seria o encaminhamento considerado normal do Complexo de Édipo e qualquer alteração nesta sistemática (ou seja, meninos amando homens e repudiando mulheres e/ou meninas repudiando homens e amando mulheres) é considerada desencaminhamento (perversão) do desenvolvimento pulsional e anímico. Em suma, tanto Freud como Lacan partem do pressuposto de que o pênis/falo é a norma orientadora da vida psíquica e que os homens, por possuírem pênis, possuiriam certas vantagens sobre as mulheres (invejosas do pênis e necessitadas de se ligarem a alguém que o possua) e que as identificações, para serem normais e salutaras, devem seguir um padrão complementar calcado na heterossexualidade.

Ainda para Arán (2003), uma das principais vertentes da psicanálise do gênero, representada por Luce Irigaray (seguidora de Jacques Lacan), continuou a considerar que o sujeito precisa identificar-se ou com machos ou com fêmeas para estruturar sua subjetividade, não escapando aos padrões delimitados pelas teorias essencialistas biológicas. Irigaray, segundo Arán (2003), continuou prezando pelo binarismo das posições sexuadas distribuídas pela estrutura simbólica da linguagem, além de fundamentar essa dicotomia numa pretensa normatização heterossexual decorrente da prevalência do signifiicante falo que posiciona os indivíduos normais apenas ou como homens ou como mulheres (falocentrismo).

Todavia, não se podem restringir às ponderações psicanalíticas sobre gênero às proposições de Irigaray. Por exemplo, Jane Gallop (GALLOP, 2001), ao comentar o livro de Roland Barthes, *O prazer do texto* (1973), questiona a suposta natural correspondência entre identidade de gênero e real vivência da sexualidade de homens e mulheres – questionando a adequação entre sexo (biologia), papéis de gênero (culturais) e a suposta felicidade dos seres por serem complementares.

Contudo, mesmo ponderando a impossibilidade de adequação entre sexo anatômico, desejo sexual e masculinidade/feminilidade, para algumas vertentes teóricas psicanalíticas a biologia diferencial dos corpos é o parâmetro de inteligibilidade e de organização das relações entre homens e mulheres. Assim, o binarismo sexual entre machos e fêmeas permanece, pois um só pode

ser compreendido a partir e em relação ao outro. Essa conclusão, em contrapartida, também permitiu a revisão do simplório esquema dominação masculina/subordinação feminina: segundo Gallop (2001), Juliet Mitchell, em *Psychoanalysis and feminism* (1974), argumenta que, para Lacan, a sexualidade e o desejo são artefatos da cultura e fenômenos da linguagem e não decorrências biológicas; assim, mesmo havendo dois sexos biológicos demarcados (macho, fêmea), as posições sexuadas (masculino, feminino) ou identidades sexuais seriam construídas socialmente, permitindo questionar quem tem o falo (poder) e não simplesmente quem possui ou não pênis.

Isso significa que as mulheres também podem ser fálicas e agentes de discriminações e hierarquizações, não sendo estas, portanto, inerentes e res- tritos aos homens. Mas a interpretação mais aceita e usual dos movimentos feministas sobre a psicanálise alega que mesmo que se os homens sempre possuam pênis, mas nem sempre possuam o falo, quase sempre o possuem, e entendem que a real opressão só acabará quando o falocentrismo da cadeia signifi- cante for eliminada – o que é impossível para os lacanianos (LACAN, 1998b). Ademais, Arán (2003) considera e aceita tais avanços, mas continua a criticar Lacan e Freud por enaltecerem um discurso alicerçado numa estru- tura subjetiva falocêntrica, pois, em suma, independente de quem o possui, alguém precisa portar e representar o falo, e os estudos culturais e históricos demonstram que quase sempre seus portadores possuem pênis, ou seja, são homens. Assim, a normalização masculina e heterossexual das relações de gê- nero tende a permanecer.

Isso posto, ainda é preciso retomar as principais proposições de algu- mas vertentes teóricas da antropologia estrutural relacionadas aos estudos de gênero, cujos alguns dos principais representantes são Françoise Héritier (HÉRITIER, 1996) e Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2007; CORRÊA, s/d). Estes autores destacam que inúmeros estudos antropológicos apontam que as mulheres, em variadas culturas, foram e ainda são efetivamente oprimidas pelos homens, o que revelaria uma constante cultural explicada pela materia- lidade do corpo que justificaria a dominação masculina e a opressão feminina.

Em termos teóricos, isso significa afirmar que a diferença anatômica e sexual entre homens e mulheres sempre se expressa em efetivas diferenças e desigualdades, mas que, por serem moduladas cultural e historicamente, podem assumir diversificadas manifestações. Para vertentes da antropologia estrutural, a diferença real dos corpos de homens e mulheres é uma verdade universalmente constatada (similar ao essencialismo biológico), mas suas re- presentações podem variar na história e nas sociedades, sendo o trabalho do

antropólogo compreender e desvelar a manifestação destas representações – desembocando num essencialismo sociológico. Mas a dominação masculina seria decorrente de uma estrutura simbólica (elaboração cultural da diferença sexual natural, biológica) que oprime homens e mulheres, sendo esse o principal argumento de Bourdieu (2007) – que pretendia esvaziar o discurso vitimista do movimento feminista alegando que os homens também são oprimidos pela estrutura simbólica da sociedade que os conforma em determinados papéis sociais e sexuais. Segundo Sorj (1992), a crítica dos movimentos feministas sobre a antropologia estrutural é outra: mesmo que homens e mulheres sejam oprimidos por uma estrutura simbólica que constrange representações e comportamentos, a opressão e discriminação sofridas pelas mulheres são mais acentuadas do que as dos homens.

Para Matos (2008) e Kofes (1993), apesar das inúmeras contribuições promovidas pelos movimentos feministas, ao criticarem a psicanálise e a antropologia, o campo de estudo de gênero também era objeto de outras áreas do conhecimento (tais como a filosofia, sociologia, a economia e a pedagogia, entre outras), o que requeria, em termos amplos, uma sistematização dos principais postulados destas diversas contribuições. Apesar das diversas propostas realizadas neste esforço, uma interessante sistematização foi apresentada em meados da década de 1980 por J. W. Scott (SCOTT, 1988) em sua obra *Gender and the politics of history*.

### **J. W. Scott e as teorizações modernas sobre gênero**

Uma das primeiras e mais emblemáticas teorizações sobre o conceito de gênero e sexualidade foi proposta por Joan Wallach Scott em meados da década de 1980 e pretendia organizar (relatando quais seriam as principais correntes teóricas) e propor uma nova definição para o conceito gênero.

Influenciada por diversificadas vertentes do movimento feminista, pelo desconstrucionismo de Derrida e principalmente pelos estudos sobre poder de Foucault, Scott (1988) define gênero como o conjunto dos sentidos dinâmicos (não biologicamente determinados) construídos nas relações de poder que sustentam as relações entre homens e mulheres.

Para melhor compreender as proposições de Scott, é importante apresentar seus argumentos, pois eles auxiliam a entender porque essa teoria não rompe totalmente com o binarismo e com o essencialismo biológico. Assim, sexo refere-se ao material biológico dos humanos que os diferenciam entre homens e mulheres em todo e qualquer momento da história; sexo, portanto, é a diferença sexual natural, fato biológico. Mas, ao contrário do essencialismo biológi-

co, não haveria relações e decorrências diretas (ou naturalmente organizadas) entre as características biológicas e as psicológicas dos homens e das mulheres.

Para Scott (1988), a história e os agrupamentos humanos, por meio da cultura e da socialização, organizam de múltiplas maneiras as relações sociais e, assim, o gênero não seria a diferença sexual, mas sim as representações e as relações (de poder) produzidas a partir da constatável diferença sexual e, portanto, passíveis de alteração.

Em suma, apesar de constatável na realidade, não é a diferença sexual por si só que organiza as relações entre homens e mulheres, mas sim são as relações de poder que definem como os sexos devem manter suas interações. Para Scott, em todas as culturas há diferenças sexuais e de sexos, mas delas podem decorrer características psicológicas e sociais diferentes na história e mesmo entre os diversos estratos e grupos sociais num mesmo momento histórico. Em suma, mesmo que o binarismo (de sexo) continue, o essencialismo biológico de gênero é rompido.

Scott (1988) propõe que tanto o método como o objeto dos estudos e teorias das relações de gênero seja a história, pois é a partir dela que se pode compreender as diversas articulações possíveis entre sexo/gênero ou, mais precisamente, quais são os processos de construção e de compreensão da diferença sexual. Gênero, portanto, é uma categoria analítica macro (os símbolos culturais que regulam as relações humanas) e microssociológica (a internalização e identificação por parte do sujeito da diferença sexual).

Além desta, há outras contribuições de Scott: ela foi um das primeiras autoras a organizar e distinguir as principais (e diversas) perspectivas teóricas dos gender studies, que se dividiam entre teorias descritivas (que não atribuem causas à diferença sexual e às práticas de poder diferenciais, somente relatando seus efeitos) e teorias causais (que atribuem causas à diferença sexual e às práticas diferenciais de poder). Dentre as teorias descritivas, a que mais se destaca é a teoria do funcionalismo estrutural de Talcott Parsons<sup>1</sup>. E são três as principais teorias causais: a teoria do patriarcado<sup>2</sup>, o marxismo<sup>3</sup> e

---

1 Que estabelece que os papéis de gênero são decorrentes das diferenças sexuais naturais de homens e mulheres que, se mantidas, garantiriam o bom ordenamento e funcionamento social – uma tendência à conservação.

2 Teorias essencialistas de caráter a-histórico para as quais os homens necessitam dominar as mulheres para controlarem a reprodução biológica; todavia, tal explicação não se sustenta na realidade, pois em diversos agrupamentos sociais nos quais as mulheres dominam os meios de reprodução biológica a opressão masculina não cessou por completo.

3 Supondo que o modo de produção capitalista estaria apoiado na natural divisão sexual do trabalho, reflexo também do essencialismo biológico e da divisão sexual do trabalho que estabeleceria uma divisão social do trabalho; contudo, modelos societários de produção não-capitalista não cessaram por completo a dominação e a opressão das mulheres pelos homens; essa era a teoria mais presente no movimento feminista entre as décadas de 1960 e 1980.

as teorias psicanalíticas<sup>4</sup>.

A partir de seus estudos, Scott (1988) propõe um modelo de compreensão das relações sociais e sexuais que estabelece dois sexos e dois gêneros (homens e mulheres), numa relação de complementaridade que, contudo, enfatiza os aspectos culturais dessa construção – daí situar essa proposição teórica ao lado das teorias clássicas ou binaristas.

Em suma, para Scott, gênero seria tanto uma maneira de pensar a história (categoria analítica), como um instrumento para entender a história por meio das hierarquias sociais e suas relações de poder, e também um meio de intervenção social.

Mas as postulações de Scott foram amplamente questionadas por estudiosos que se interessavam por aqueles indivíduos que não se adequavam as normas sócio-sexuais (gays, lésbicas, travestis etc.) ou que rompiam drasticamente com a suposição de uma real diferença sexual biológica (transexuais e transgêneros, entre outros), isto é, indivíduos que relatavam uma não adequação entre sexo biológico e orientação sexual conforme preconizavam as teorias clássicas – e que questionavam a existência da própria diferença sexual. Judith Butler (2003; 2009) é uma das mais destacadas destas críticas.

Ademais, Scott foi criticada por situar o gênero como sendo a característica principal e fundamental da constituição inter e intrasubjetiva (principalmente quando ela define o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos, sendo a forma primária de significação das relações de poder), desconsiderando outros elementos essenciais para a constituição subjetiva, como raça/etnia, classe social, idade e orientação sexual dentre outros (HIRATA, 2014).

### **Pós-modernidade de gênero: Butler e as *queer theories***

Reiterando, as teorias clássicas/modernas de gênero deixam entrever que gênero e suas relações são construções sobre a diferença sexual biológica (sexo), e durante muito tempo elas organizaram a compreensão sobre sexo (diferença biológica), sexualidade (vivência do sexo) e gênero (expressão e adequação entre sexo e sexualidade).

Judith Butler questiona essas articulações e propõe não que o gênero é um efeito do sexo (da diferença sexual), mas sim que o sexo (a ideia da dife-

---

4    Cujas construções da subjetividade e da identidade de gênero ainda estaria calcada no essencialismo biológico, mesmo quando consideravam os condicionantes sociais e históricos no estabelecimento dos papéis sexuais e de gênero.

rença sexual) é na realidade um efeito das relações de poder e dos discursos sobre gênero e sexualidade. Há uma inversão de argumentos que possibilita a inversão (mudança) das práticas.

A complexidade de sua articulação teórica é evidente, e está parcialmente condensada na sua teoria da performatividade (BUTLER, 2009), cujo embasamento teórico remonta as postulações de Foucault sobre a constituição histórica do dispositivo da sexualidade.

Para Foucault (1997), sexualidade não se limita à variabilidade das posições possíveis na cópula, nem se refere às diferenças biológicas, e tampouco se restringe ao conjunto dos conteúdos inconscientes. Sexualidade seria um modelo construído socialmente que orienta a expressão dos desejos, emoções, motivações, fantasias, condutas e práticas corporais que singularizam o indivíduo física e psicologicamente. Todavia, esse modelo estaria orientado pelos discursos e práticas normatizadores da família e da ordem social (tal como o parentesco, casamento, gênero e divisão sexual do trabalho), enaltecidos e maximizados, porém não restritos, pelo discurso médico-científico do século XIX.

Para Foucault (1997) e Hawkes (1996), a medicina psiquiátrica do século XIX reforçou em termos científicos (e, por isso, alegados mais legítimos e verdadeiros do que os do senso comum ou filosófico-religiosos) a separação entre o normal/saudável e o desviante/corruptor da natural sexualidade humana. É necessário, portanto, melhor situar como essa medicalização da sexualidade adquiriu importância e proeminência no contexto da Modernidade.

A partir de estudos sobre a sociedade europeia entre os séculos XVI e XIX, Elias (1990) explicitou que, durante aquele período, houve significativas mudanças no trato com a alimentação, educação infantil, limpeza e higiene (individual e pública), arquitetura da casa, expressão das emoções e vivência da sexualidade. Entretanto, Elias enfatiza que a contenção da sexualidade não foi a causadora das demais reformulações, mas sim foi ela mais um dos muitos reflexos de uma série de amplas mudanças que, em resumo, podem ser entendidas como reordenações nas relações entre as esferas públicas e privadas que resultaram nos séculos XVIII e XIX numa maior intimização dos sentimentos e privatização da subjetividade dos indivíduos.

Hawkes (1996), ao comentar Elias e Foucault, enfatiza que o trato à sexualidade (antes praticada publicamente por ser entendido como ato não secreto ou produtor de vergonha ou asco nos agentes ou observadores), passou no século XVI a ser visto como embaraçoso, secreto, vergonhoso e cheio de pudores, devendo ser exercido na intimidade do lar e restrito ao casal he-

terossexual adulto unido pelo matrimônio devido à suposta relação daquelas práticas com os adoecimentos – resultado do modelo médico que se impunha – e com a imoralidade.

Essa nova sensibilidade atingiu seu ápice no século XIX, quando passou a ser alvo dos estudos e indagações do discurso médico. Foucault (1997) esclarece que os principais resultados desta medicalização foram, a saber: o controle da sexualidade infantil (antes aceita e considerada normal), a especificação das perversões (a norma sexual seria o casal heterossexual e monogâmico cujas relações sexuais visavam à reprodução biológica e não o prazer), a medicalização como nova esfera de poder (tudo o que é da ordem da sexualidade também é do campo da saúde/doença) e a acentuação da vigilância sobre os indivíduos, principalmente dos desviantes destas prédicas.

Disso decorreu uma sexualidade restrita ao casal adulto, monogâmico, heterossexual e legalmente unido (casado) visando à reprodução biológica (descendência) e simbólica (repetição dos papéis sexuais para a geração vindoura). A partir do século XIX, a expressão carne utilizada pelos teólogos passou a ser substituída para a recém-criada expressão sexualidade, compreendida como um regime de saber e poder sobre os indivíduos (*scientia sexualis*) e não como um regime de produção de prazer (*ars erotica*).

Tal *scientia sexualis* enfatizava as ligações entre sexo biológico e identidade de gênero, cujos desvios conduziriam às doenças físicas e mentais – daí a necessidade de controlar e vigiar a libertinagem e a violência (incluindo a sexual) entre homens e mulheres.

O casal heterossexual e monogâmico unido pelo casamento pretendendo à reprodução adquire o status de padrão modelar e ideal da sexualidade. Aos que escapassem ou transgredissem este padrão estava reservado o expurgo e a punição médica e jurídica. A sexualidade passou a ser considerada perigosa e necessária de vigilância e proteção constante.

A *scientia sexualis* significou um novo modelo de produção de conhecimento que redividiu (segundo parâmetros científicos) a sexualidade humana em comportamentos normais/saudáveis e anormais/doentios e em um novo regime de eficiência sexual calcado na diferença dos papéis de homens e mulheres (complementares no casamento, na ênfase da virgindade feminil pré-nupcial, na respeitabilidade pelo corpo do outro, e na inviolabilidade do corpo das crianças).

Para Foucault (1997), como o sexo (biológico) é um efeito da sexualidade (dispositivo medicalizado dos séculos XVIII e XIX sobre saúde e doença), o corpo na modernidade só passa a ser sexuado após a determinação discursiva

da scientia sexualis que o investe de uma ideia de sexo natural ou essencial. O sexo, portanto, é objeto de uma construção histórica operada pela sexualidade.

Apesar da vigilância da sexualidade ser suposta para todos, os mecanismos ideológicos e efetivos que promovem ou estimulam sua contenção são diversos e correlacionados: o entendimento que se faz do conceito e das relações de e entre gêneros possui importantes desdobramentos práticos. Assim, os homens e as mulheres e os adultos e as crianças devem agir de específicas maneiras para serem considerados normais e saudáveis, e os desviantes devem ser alvo de estudo e intervenções.

Neste ponto, as contribuições de Butler (2003) são interessantes: se por gênero entendermos (tal como propõem as perspectivas essencialistas tradicionais/clássicas) a compulsoriedade heterossexual e seu status de verdade, reforça-se a dominação masculina sobre as mulheres, e as mudanças tornam-se mais difíceis. Todavia, se compreendemos gênero como uma identidade fluida, transitória e necessária de constantes reafirmações e provações desvinculadas do condicionante sexo (biológico, natural), ou seja, como uma construção social performativa, os padrões de dominação e opressão entre os gêneros podem ser questionados de maneira mais profícua, visto que não haveria uma única verdade ou mesmo uma verdade última sobre o sexo, mas sim efeitos de poder naturalizados que podem e devem ser reconstruídos, possibilitando rupturas e deslocamentos no binarismo.

A pretensão de Butler (2003) é a de romper com os binarismos e essencialismo propostos, pois não haveria nem fenômeno humano e social anterior à(s) cultura(s) nem processos de significação unicamente orientados e definidos pela natureza ou pela biologia. Por isso Butler questiona: (i) tanto o mote psicanalítico “a anatomia é o destino” quanto a primazia do falo e do heteronormativismo (segundo Sigmund Freud, Jacques Lacan e Julia Kristeva)<sup>5</sup>; (ii) os argumentos oriundos da antropologia estrutural (pois binarista no que diz respeito às relações de gênero, segundo Claude Lévi-Strauss, Françoise Héritier e Pierre Bourdieu); (iii) o marxismo (pois não haveria uma categoria unitária e universal de mulheres sempre e naturalmente oprimidas).

Seria impossível, portanto, compreender o sexo restrito a um elemento natural e pré-discursivo aos indivíduos, pois, nestes termos, ele não existiria, mas existiria como construção social. Gênero seria definindo como ato per-

---

5 Mesmo que critique a psicanálise, não se pode deixar de mencionar as interessantes apropriações que Butler (2009) faz das definições psicanalíticas do desejo e da pulsão sexual: sendo a pulsão acéfala, ela não possui sexo definido e pode se satisfazer com qualquer objeto, o que significa que o desejo sexual como hétero ou homossexual não é natural, mas somente é efeito dos discursos que organizam (e normatizam) a sexualidade.

formativo de nomeação (representações e comportamentos) que faz existir a diferença anatômica/sexual e as possibilidades de relações entre os seres – homens e mulheres não são corpos biológicos atemporais nem naturais, são nomeações e ações possíveis que organizam relações sociais.

Gênero, para Butler (2003), não é a expressão ou compreensão da essência biológica (como Scott propôs), nem é somente o resultado das pressões ambientais e socializatórias (como grande parte da psicanálise e a antropologia propuseram), mas inclui a constituição subjetiva da e na cultura.

Ou seja, há necessidade, por parte dos indivíduos, de um efeito identificatório masculino ou feminino que deve ser constantemente reforçado por ações e representações que reposicionam e reafirmam a identidade de gênero. Como o gênero seria um exercício de repetição, ele define o sexo, não havendo necessariamente nem unidade nem adequação entre identidade subjetiva e materialidade anatômica – assim, gênero não é substância, é efeito de performatividade.

O gênero e o sexo são, portanto, efeitos, e não os fundamentos da sexualidade. O sujeito e seu gênero é o resultado dos atos performáticos tanto de nomeação (“sou homem, sou mulher”) como de comportamentos (“um homem age dessa maneira, uma mulher age de outra maneira”) que ajudam a estabilizar provisoriamente a identificação com um ou outro sexo, criando uma ilusão de unidade e estabilidade entre corpo, desejo, sexualidade, orientação sexual e práticas sexuais.

Tudo isso porque, conceitualmente, a sexualidade e o gênero antecedem o sexo e instituem a diferença sexual (proposição de Foucault): a identificação sexual ou de gênero é somente uma resolução temporária do desejo, sendo possível haver identificações múltiplas e ou mutáveis.

E, neste ponto, Butler (2009) é mais ousada: se gênero é performatividade, então é possível renomear o(s) sexo(s) para redistribuir os discursos e práticas sobre a sexualidade, alterando discursos e práticas vigentes que sustentam exclusões – por exemplo, se o essencialismo biológico estabelece que homens são físicos e intelectualmente superiores às mulheres, então, a dominação é inquestionável e suas manifestações (incluindo a violência) são justificáveis; mas, se o argumento essencialista é resultado da performatividade, então, alterações e questionamentos são possíveis, pois podem ser reconstruídos.

Contudo, alguns dos argumentos de Butler foram criticados por estratos daquelas que constituem outra grande vertente das teorias pós-modernas de gênero – as *queer theories*. A principal crítica correlacionava-se à identidade de gênero dos indivíduos, pois ela não muda somente em decorrência de deliberadas performances individuais.

As *queer theories*, sendo esquisito a tradução mais recorrente para o termo, pretendem ampliar as proposições de Butler para romper com os binarismos e com as relações estáveis entre desejo, identificação sexual, sexo biológico, gênero e prática sexuada. Tais correntes estudam modelos e formas de vivências afetivas e sexuais consideradas não-normais da sexuação.

Para Miskolci (2009), as *queer theories* questionam tanto aquilo que denominam de heteronormatividade compulsória nas relações de gênero (os mecanismos de naturalização das relações entre homens e mulheres, vistos como biologicamente definidos e complementares), como toda a sorte de discriminações e de exclusões por ela causada – neste ponto, novamente a cirurgia de redesignação sexual pode ser ótimo exemplo (GALLI et al., 2013). Seu intuito é tanto ampliar quanto reformular a epistemologia dos estudos de gênero para melhor compreender as relações organizadoras entre e intra os gêneros – ou seja, como homens, mulheres, gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros etc. heterossexuais ou homossexuais são atingidos pelo mesmo padrão heteronormativo que situa os homens (ou suas supostas características físicas ou psicológicas) como superiores às mulheres e à feminilidade.

Assim, o objeto de estudo e de intervenção deste conjunto de teorias pode ser delimitado como a série de representações e de práticas sociais que organizam a sociedade por via da sexualidade e que se naturalizam na heteronormatividade compulsória das e nas relações de gênero. Além disso, as *queer theories* pretendem incluir na agenda de investigação das ciências humanas e sociais as sexualidades consideradas transgressoras, pois elas permitem melhor compreender os processos sociais e psicológicos que naturalizam a identidade dos sujeitos.

O que é colocado em jogo e em evidência pelas *queer theories* é a crítica acerca da normalidade ou estabilidade sexual e/ou de gênero (que são enfatizadas à exaustão pela sociologia da sexualidade, sexologia e psicanálise): é a tentativa de romper com a suposição de existência de apenas uma definição e pareamento possível entre sexo (macho e fêmea) e gênero (masculino e feminino), sendo suas variações excluídas.

Neste sentido, e conforme o apresentado, por terem sido influenciadas pela nova sociologia e filosofia do conhecimento e seus desdobramentos nas práticas de pesquisa, as *queer theories* pretendem ir mais-além e analisar a ilusão da existência de um sujeito estável, coerente e regular – que, para Derrida (1973), poderia ser resumido à ideia de questionar o sujeito moderno – supondo que aqueles considerados desviantes das normas sociais e sexuais são, na realidade, apenas diferentes, e aquilo suposto como diferença ou desvio

não é uma alteração, mas sim, na verdade, uma tática diferencial de acesso ao poder – isto é, de fazer reconhecer sua expressão e vivência do desejo.

Miskolci (2009) conclui que, no mesmo sentido das proposições de Rich (1980), Warner (1991) e Floyd-Thomas e Gillman (2001), a principal importância das *queer theories* é compreender novas formas de relações de poder e também subverter os discursos totalizantes, hegemônicos e autoritários que articulam sexo, sexualidade, etnia e classe, muitas vezes, de maneiras excludentes. É o reconhecimento de que as relações de ou entre os gêneros são atingidas por outras categorias e condicionantes sociais que não apenas a sexualidade (incluindo, por exemplo, raça, etnia, idade, geração, orientação sexual, orientação religiosa, classe/camada social) naquilo que se convencionou denominar interseccionalidades (CHANTER, 2011; KERNER, 2012; HIRATA, 2014).

Em suma, as *queer theories* apontam e destacam a variedade e a diversidade das subjetivações e práticas que não se enquadram nos gêneros considerados normais e tradicionalmente definidos, e que são os que mantêm a suposta coerência e continuidade entre sexo biológico, gênero, desejo e práticas sexuais.

## **Considerações finais**

Conforme apresentado, são variadas as perspectivas teóricas que pretendem definir o conceito gênero e suas relações com outros operadores teóricos, tais como sexo, sexualidade, orientação sexual, identidade sexual e violência, entre outros.

Apesar das diferenças dessas proposições, há uma semelhança que as une: os conceitos que definem e os argumentos que utilizam não se restringem ao plano das representações, mas servem também para orientar práticas que intencionam regular as relações e interações entre os indivíduos.

Isso significa que as propostas de compreensão concernentes sobre como homens, mulheres (e os desviantes/diferentes da norma sexual de uma sociedade) e crianças devem vivenciar suas experiências íntimas (sexualidade) e interagir sexual e socialmente (a partir de preceitos de gênero/sexo) podem ser alvo de ações e intervenções organizadas. Isso pode ser melhor compreendido por meio de um exemplo.

Basicamente, se se considera que homens e mulheres possuem características físicas natural e biologicamente definidas das quais decorrem características psicológicas e sociais (proposta das perspectivas essencialistas que posicionam os homens como superiores às mulheres e as crianças), mecanis-

mos de intervenção social podem ser utilizados para conformar os indivíduos a esses papéis e representações pré-definidas. Isso poderia ocorrer por meio de diversos mecanismos e estratégias dos quais não se exclui a violência (DEBERT & GREGORI, 2008; SAFFIOTI, 2001); assim, a violência de gênero pode ser utilizada como um instrumento de dominação e opressão que pretende manter a funcionalidade (e as relações diferenciais de poder) de uma sociedade; e, neste sentido, Debert e Gregori (2001) destacam que, em agrupamentos sociais nos quais essa concepção é dominante, mudanças (nas representações e nas práticas, que pretendem maior equidade entre os indivíduos) são mais difíceis.

Contudo, o inverso é verdadeiro, pois Saffioti (2001) aponta que quando se considera que as representações sobre homens e mulheres e as representações sobre os considerados desviantes da norma sexual são entendidos como frutos não de naturalismos biológicos, mas de construções sociais passíveis de mutabilidade histórica e contextual, elas podem ser alteradas pela e na história, permitindo maior equidade nas relações de gênero – posturas enfatizadas pelas perspectivas que rompem com os binarismos e essencialismos. Em outras palavras, isso significa a possibilidade do questionamento ativo de determinadas cristalizações de representações (a superioridade dos homens sobre as mulheres) que podem se transmutar em práticas, tais como a violência de e entre os gêneros; ou seja, é a possibilidade de questionar e de negar a naturalidade e o fatalismo que orientariam determinadas perspectivas e relações de gênero.

E segundo essas posturas que apostam na construção social e histórica dos conceitos (de gênero, de sexo, de sexualidade) como orientadores das práticas sociais, os mecanismos de socialização, principalmente os educacionais, são de extrema relevância (LOURO, 2008; PEREIRA, 2007; SEGATO, 2003), pois permitem instaurar aparatos instituintes e difundir concepções e representações que sustentem práticas mais equitativas entre homens, mulheres e outros, diminuindo as desigualdades naturalizadas. Assim, essa postura poderia ser organizada nos e pelos espaços sociais responsáveis pela socialização, educação e capacitação dos indivíduos. Por isso, Segato (2003) destaca o importante papel reservado à escolarização como elemento-chave na mudança tanto das representações como das práticas concernentes às relações de gênero, que podem ocorrer no ensino formal, em capacitações e palestras etc.

Além dessas, os questionamentos às supostas normas naturais (ou melhor: historicamente naturalizadas) poderiam ocorrer por meio de duas estratégias apresentadas por Rodrigues (2013) concernentes às *queer theories*: (i)

des-universalização das categorias de gênero (o que remonta à discussão da interseccionalidade; ou seja, compreender que a categoria universal das mulheres é inexistente é significativo, pois permite que os outros condicionantes da subjetividade e das relações de poder sejam assimilados às análises e questionamentos, retomando a importância das localidades e especificidades de cada agrupamento social marginalizado; o mesmo se aplica aos homens, visto que não seria de suas naturezas serem opressores/dominadores, permitindo a inclusão das dissonâncias da masculinidade hegemônica nos planos analíticos e interventivos); (ii) paródia dos padrões heteronormativos compulsórios, tal como o fazem as identidades trans (transexuais, transexuais, transgêneros e outros), pois, ao imitarem por via da zombaria e da comicidade aquilo que é considerado a norma (O homem; A mulher) destacam que, por si, não são meras imitações, mas sim inovações e possibilidades de constituições subjetivas; assim, *mutatis mutandis*, evidenciam a artificialidade da suposta normalidade ao mesmo tempo em que criam novas e autênticas expressões de gênero não alinhadas à heteronormatividade compulsória.

Em suma, se se destaca que a suposição da existência da diferença (anatômica, social, de direitos) entre homens e mulheres e dentre a categoria de homens e de mulheres é uma construção social e histórica, ela não necessariamente precisa ser equivalente a uma hierarquização por muitas vezes sustentada pelas desigualdades (e violências): ela pode ser suportada pela ideia da igualdade e do bem-viver. É interessante, portanto, estranhar as ditas relações normais ocorridas entre e intragêneros.

Enfim, essa é a contribuição dessa discussão sobre as diversas perspectivas teóricas que se debruçaram sobre as teorias e relações de gênero: a de mostrar sua variedade e sua variabilidade conceitual e histórica que sustentam práticas.

Mas, neste sentido, essa discussão pretende mais do que somente apontar tendências e vertentes teórico-conceituais: ela pretende apontar para as possibilidades de mudança reais orientadas teoricamente e que efetivamente auxiliem a diminuir práticas diferenciais e desiguais entre homens e mulheres – não se pode esquecer que no Brasil estima-se que pelo menos 20% das mulheres e crianças ainda sofrem discriminações e violências (BRASIL, 2012), cifra assustadora que necessita ser combatida e diminuída.

E um dos passos para isso acontecer é compreender como se atribuem sentidos às relações tecidas entre e dentre homens, mulheres, crianças, transvestis, transgêneros, transexuais...

**Referências**

- ARÁN, M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Estudos feministas**, vol.11, nº 2, p.399-422, 2003.
- BADINTER, E. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.
- BATISTA, G. de F. **Saúde e gênero: conceito de gênero na produção científica brasileira de saúde e representação de gênero pelos gestores locais da atenção primária**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde do Centro de Pesquisas René Rachou. Belo Horizonte, 2014
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. Presidência da República – Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. 2012. Disponível em: [http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo\\_03.pdf](http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo_03.pdf). Acesso em: 02 abr. 2013
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, vol.19, nº 1, p.95-126, 2009.
- CHANTER, T. Momentos e conceitos formadores da história do feminismo. In: CHANTER, T. **Gênero: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011
- Citelli, M.T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpos e comportamentos. **Estudos feministas**, vol.9, nº 1, p.131-145, 2001.
- CORBIN, A. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORRÊA, M. **O sexo da dominação**. 17p. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Bourdieu.pdf>. s/d. Acesso em: 12 mar 2013.
- DEBERT, G.G; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol.23, nº 66, p.165-185, 2008.

- DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: JZE, 1990.
- LACAN, J. A significação do falo. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro, JZE, p.692-703, 1998a
- LACAN, J. Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro, JZE, p.238-324, 1998b
- FILHA, C.X. Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. **Educar em Revista**, Edição Especial, nº 1, p. 153-169, 2014
- FLOYD-THOMAS, S.M.; GILLMAN, L. Facing the Medusa: confronting the ongoing impossibility of women's studies. **Journal of International Women's Studies**, vol.2, nº 2, p.35-52, 2001.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1997.
- FREUD, S. A dissolução do Complexo de Édipo (1924). In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Volume 19 (1923-1925). O ego e o id e outros trabalhos. Rio de Janeiro, Imago, p. 191-199, 2014<sup>a</sup>.
- FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Volume 19 (1923-1925). O ego e o id e outros trabalhos. Rio de Janeiro, Imago, p. 273-286, 2014b.
- GALLI, R.A., VIEIRA, E.M., GIAMI, A. & SANTOS, M.A. dos. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: teoria e pesquisa**, vol. 29, nº 4, p 447-457, 2013.
- GALLOP, J. Além do falo. **Cadernos Pagu**; 16, p.267-287, 2001.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- HAWKES, G. **A sociology of sex and sexuality**. Buckingham-Philadelphia: Open University, 1996.
- HÉRITIER, F. **Masculin-Féminin: la Pensée de la différence**. Paris, Éditions Odile Jacob, 1996.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, vol.26, nº 1, p.61-73, 2014
- KERNER, I. Tudo é interseccional? **Novos estudos**, nº 23, p.45-58, 2012

- KNIBIEHLER, Y. Corpos e corações. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. São Paulo: Ebradil, p. 351-401, 1993.
- KOFES, S. Categorias analíticas e empíricas: gênero e mulher – disjunções, conjunções e mediações. **Cadernos Pagu** 1, p.19-30, 1993.
- LIMA, M.T.O. & FERREIRA SALLES. Alterações de um olhar cristalizado dos educadores para seus alunos e alunas. **Revista educação: Teoria e Prática**, vol. 24 , nº 45, p.3-22, 2014
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidades: pedagogias contemporâneas. **Pró-posições**, vol.19, nº 2, p.17-23, 2008.
- MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero: se como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos feministas**, vol.16, nº 2, p.333-357, 2008.
- MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, vol.21, p.150-182, 2009.
- PARISOTTO, L. Diferenças de gênero no desenvolvimento sexual: integração dos paradigmas biológicos, psicanalítico e evolucionista. **Revista de Psiquiatria**, vol.25, nº 1, p.75-87, 2003.
- PEREIRA, P. P. G. As estruturas elementares da violência. **Cadernos Pagu** 29, p. 459-468, 2007.
- RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs**, vol. 5, nº 4, pp. 631-660, 1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173834>. Acesso em: 07 abr. 2015
- RODRIGUES, C. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. **Sex., salud, soc.**, nº 10, p. 140-164, 2012
- ROUDINESCO, E. **A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- Saffioti, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** 16, p.115-136, 2001.
- SCOTT, J. W. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.
- SEGATO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia**. Conferência de 30 de junho de 2003 no Curso de verão Violência de Gênero da Universidade Complutense de Madri. 2003. p. 2-14. Disponível em: <http://unb.br/ics/dan/Serie-334empdf>. Acesso em: 12 jan. 2013.

- SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: A. de O. COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.
- WARNER, M. Fear of the queer planet. **Social text**, nº 29, p.3-17, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/466295>. Acesso em: 02 set. 2010.
- WRIGHT, R. **O Animal Moral: porque somos como somos: a nova ciência da psicologia evolucionista**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

Recebido em 15 de fevereiro de 2014

Aprovado em 11 de maio de 2014